

1,9 MILHÕES DE PORTUGUESES VIVEM EM SITUAÇÃO DE POBREZA E 2,7 MILHÕES SÓ AINDA NÃO ESTÃO PORQUE RECEBEM PRESTAÇÕES SOCIAIS QUE O GOVERNO ESTÁ A CORTAR

RESUMO DESTE ESTUDO

A pretexto da crise, estão a ser estrangulados financeiramente, para não dizer mesmo destruídos serviços públicos essenciais à população. No seu ataque às funções sociais do Estado, o governo tem reduzido também drasticamente as condições de vida dos trabalhadores da Função Pública.

Segundo o INE, a taxa de risco de pobreza é de 17,9% em Portugal. Isto significa que 1,9 milhões de portuguesas já vivem na pobreza. Mas para além daqueles 1,9 milhões de portugueses que já vivem na pobreza ainda existem mais 2,7 milhões de portugueses que só não estão na mesma situação de pobreza porque recebem “transferências sociais” do Estado (em espécie e em dinheiro). E são precisamente estas transferências sociais que o governo está a eliminar ou a reduzir significativamente lançando muitos milhares de portugueses numa situação de pobreza.

Segundo dados da DGO do Ministério das Finanças, o corte nas despesas com as funções sociais do Estado (educação, saúde e segurança social), entre Janeiro a Agosto de 2011, quando comparado com idêntico período de 2010, atingiu -1.311 milhões € a preços correntes e -1.952 milhões € em termos reais. Se fizermos uma estimativa para todo o ano de 2011, conclui-se que a redução nas despesas sociais do Estado deverá atingir este ano -1.967 milhões € a preços correntes e -2.928 milhões € em termos reais. Os sectores mais atingidos são a educação (-889 milhões € em termos reais); a saúde (-1.014 milhões € em termos reais); e a segurança social (-897 milhões € em termos reais). É evidente que cortes desta dimensão em serviços essenciais à população determinam degradação e menos serviços e também menos apoios à população.

E como tudo isto já não fosse suficiente, o actual governo tenciona em 2012 e em 2013 continuar com cortes grandes nestas despesas. Segundo o “Memorando de entendimento”, o governo pretende cortar naqueles dois anos mais 370 milhões € na educação pública; mais 925 milhões € no SNS; mais 200 milhões € na ADSE; mais 820 milhões € nas pensões, para além do congelamento; mais 150 milhões € no subsidio de desemprego; e mais 350 milhões € nos outros apoios sociais, o que dá um total de cortes nas funções sociais do Estado de 2815 milhões €. Isto é o que consta no “Memorando de entendimento” “actualizado” em 1.9.2011. Mas este governo pretende ir “mais além” nos cortes nas funções sociais do Estado como revela o “Documento de Estratégia Orçamental” que elaborou. A prová-lo está o facto do “Memorando de entendimento” prever um corte nas despesas com as funções sociais do Estado de 1.440 milhões € em 2012, mas o governo, no seu Documento de Estratégia Orçamental”, prevê um corte de 2.039 milhões no mesmo ano, ou seja, mais 41,6%. É evidente que cortes desta dimensão nas funções sociais levarão inevitavelmente à destruição de serviços públicos de educação e de saúde e cortes na segurança social essenciais para garantir as condições de vida da população. Quando eles não existirem ou quando eles forem consideravelmente reduzidos e degradados, os portugueses para terem acesso a eles terão de os pagar a privados, e aqueles que não tiverem dinheiro para os pagar, ficarão sem acesso a eles. É este o resultado inevitável do processo que está em marcha em Portugal levado a cabo pelo actual governo com o apoio do FMI, BCE e Comissão Europeia que são os instrumentos actuais do neoliberalismo na União Europeia.

Um dos meios que o governo está a utilizar no seu ataque às funções sociais do Estado, é o ataque violento contra os trabalhadores da Função Pública, nomeadamente às suas condições de vida. O governo e a “troika” sabem bem que não existem serviços públicos de qualidade se não existirem trabalhadores qualificados e motivados e em número suficiente para prestar esses serviços. Procurando manipular a opinião publica o governo tem feito passar a mensagem de que muitos dos trabalhadores não são necessários, que se pode reduzir drasticamente o seu numero sem afectar a qualidade e a quantidade dos serviços prestados à população. Tudo isto é uma grande mentira. Sem trabalhadores os serviços de educação, de saúde, de segurança social não funcionarão e os portugueses não terão acesso a esses serviços. No ataque a estes trabalhadores os sucessivos governos tem provocado a degradação muito grande das suas remunerações. Basta dizer que, entre 2000 e 2011, o poder de compra das remunerações dos trabalhadores da Função Pública diminuiu entre -8% (trabalhadores com remunerações até 1500 €) e -15,5% (trabalhadores com remunerações superiores a 1500€), enquanto no sector privado, em idêntico período (2000-2011), o poder de compra das remunerações, de acordo com os dados oficiais, aumentou 8%. Só o corte e o congelamento das retribuições dos trabalhadores da Função Pública no período 2011-2013 determinarão que estes trabalhadores recebam menos 2.218 milhões €, segundo as contas do próprio governo. O ataque a todos os trabalhadores portugueses tem sido muito grande, mas os trabalhadores da Função Pública têm sido o alvo preferencial da fúria dos sucessivos governos, precisamente por estarem em serviços essenciais para a população. E apesar deste ataque do próprio governo, o SE de Estado da Administração Pública, na reunião de 20.9.2011, vertendo “lágrimas de crocodilo”, afirmou que estava preocupado com os ataques que têm sido alvo estes trabalhadores por serem essenciais ao país.

O Instituto Nacional de Estatística divulgou já este ano (11.8.2011) dados sobre a pobreza em Portugal. E esses dados divulgados pelo serviço oficial de estatística português merecem uma atenção e uma reflexão muito séria, nomeadamente num período em que o actual governo e as forças políticas e patronais que o apoiam não se cansam de falar da necessidade de fazer grandes cortes na despesa pública, nomeadamente nas funções sociais do Estado, até porque são precisamente estas que têm maior peso nas despesas totais do Estado.

EM 2009, 1,9 MILHÕES DE PORTUGUESES NO LIMIAR DA POBREZA E 2,7 MILHÕES DEPENDIAM DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS PARA NÃO CAIREM NA POBREZA

Observem-se os dados do quadro que foram divulgados já este ano pelo INE.

Quadro 1 – A pobreza em Portugal segundo o INE

ANO DE REFERÊNCIA	2006	2007	2008	2009 (Po)
TAXA DE RISCO DE POBREZA Após transferências sociais	Taxas			
	18,1%	18,5%	17,9%	17,9%
Antes de qualquer transferência social	40,0%	41,5%	41,5%	43,4%
PORTUGUESES EM RISCO DE POBREZA Após transferências sociais	Número de portugueses			
	1.916.048	1.961.814	1.901.463	1.904.274
Antes de qualquer transferência social	4.234.360	4.400.826	4.408.421	4.617.066
PORTUGUESES QUE ESTÃO DEPENDENTES DAS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS PARA NÃO CAIREM TAMBÉM NA POBREZA	2.318.312	2.439.012	2.506.957	2.712.792

FONTE: Risco de pobreza - 11 de Julho de 2011 - INE

Em 2009, e a situação actual deverá ser certamente mais grave devido ao aumento do desemprego, ao congelamento das pensões, e aos cortes nas prestações sociais; repetindo, em 2009, 1.904.274 portugueses encontravam-se na situação de risco de pobreza. No entanto, este total, que já era muito elevado, só era alcançado depois das transferências sociais (em dinheiro e em espécie), pois se não existissem essas transferências sociais, ou se forem eliminadas o numero de portugueses no limiar de pobreza, nesse ano, subiria para 4.617.066. Para além disso, este número tem crescido todos os anos. Entre 2006 e 2009, passou de 4.234.360 para 4.617.066, ou seja, aumentou em 382.706, o que significa que está a crescer, em média, em 127.568 por ano

Se retirarmos a este número aqueles que após as transferências continuam na situação de pobreza – 1.904.274 em 2009 – conclui-se rapidamente que 2.712.792 só não estão também na situação de pobreza porque recebem prestações sociais, pois se as não tivessem, ou se forem drasticamente reduzidas, como pretende o governo, cairão imediatamente na situação de pobreza.

AS PRESTAÇÕES SOCIAIS QUE O GOVERNO DO PSD/CDS PRETENDE CORTAR

As prestações sociais são ou em espécie (serviços de educação prestado pelas escolas públicas, consultas e operações nos centros de saúde e nos hospitais públicos) ou em dinheiro (pensões, subsídios de doença e de desemprego, abonos de famílias, rendimento social de inserção, participação nos medicamentos, etc.). Alguns dados oficiais mostram a importância destas prestações sociais para todos os portugueses, e também provam que a sua eliminação ou mesmo redução, como pretende o governo, tornará a vida muito mais difícil para milhões de portugueses.

Na área do ensino básico e secundário, no ano lectivo 2009/2010, que são os últimos dados oficiais disponíveis, estavam inscritos 1.911.380 alunos, sendo 1.492.763 no sistema publico, ou seja, 78,4% do total. E dos restantes 413.617 que estão inscritos no ensino privado, 156.757, ou seja, 38,4% estão no ensino "Privado dependente do Estado", isto é, financiado também por este. Com o agravamento da crise, o numero de pais que transferem os filhos do ensino privado para o publico não para de aumentar **Na área do ensino superior**, e tomando como base os dados referentes ao ano lectivo 2008-2009, que são os últimos disponíveis, estavam inscritos 373.002 alunos, sendo 282.438, ou seja, 75,7% do total no ensino superior publico, estando inscritos no ensino privado apenas 90.564 (24,3% do total). E o seu numero já diminuiu em 2011 devido à redução de bolsas sociais. **Na área da saúde**, em 2010, foram realizadas 42.722.502 consultas em centros de saúde e consultas hospitalares externas, o que dá uma média de 4 por habitante, ou seja, uma consulta por trimestre nos Centros de Saúde e nos hospitais públicos. No mesmo ano foram realizadas 482.928 operações de cirurgia em hospitais públicos. **Na área da Segurança Social**, em Julho de 2011, o número de pensionistas de invalidez e velhice somava 1.927.771 portugueses, o que corresponde a cerca de 18% da população portuguesa, a que se juntam ainda 706.799 portugueses com pensões de sobrevivência pagas pela Segurança Social; apesar dos sucessivos cortes o número de portugueses a receber prestações familiares (abonos

de família, subsidio de educação especial, subsidio de assistência a 3ª pessoa, etc.) atingia 1.271.620; o numero de desempregados a receberem subsidio de desemprego era 285.336; o número de famílias a receber RSI somava 121.336 e o número de beneficiários do RSI somava 327.506.

Estes números são suficientes para mostrar a importância destes serviços – Educação, Serviço Nacional de Saúde, Segurança Social e CGA – para a vida dos portugueses. E são precisamente nas despesas com estes serviços essenciais para a população que o governo PSD/CDS está a fazer os maiores cortes e pretende realizar em 2012, e nos anos seguintes, ainda maiores reduções.

O quadro seguinte, construído com dados divulgados pela Direcção Geral do Orçamento do Ministério da Finanças na sua informação sobre a “Execução Orçamental de Setembro de 2011”, mostra a dimensão dos cortes que se estão a verificar naquelas áreas essenciais.

Quadro 2- Execução do Orçamento do Estado 2011 no período Janeiro- Agosto

RÚBRICAS	2010- Jan/Ag (a preços correntes)	2011 Jan/Ag (a preços correntes)	2011 Jan/Ag (preços de 2010)	DIFERENÇA 2011-10 Jan/Ag (a preços correntes)	DIFERENÇA 2011-10 Jan/Ag (a preços de 2010)	ESTIMATIVA PARA O ANO DE 2011 - Milhões €	
	Milhões euros	Milhões euros	Milhões euros	Milhões euros	Milhões euros	Redução a preços correntes	Redução em termos reais, ou seja, em poder compra (preços 2010)
FUNÇÕES SOCIAIS	20.258	18.947	18.306	-1.311	-1.952	-1.967	-2.928
Educação	5.557	5.138	4.964	-419	-593	-629	-889
Saúde	6.422	5.947	5.746	-475	-676	-712	-1.014
Segurança e Acção Sociais	7.891	7.548	7.293	-343	-598	-514	-897
Habituação e Serviços Colectivos	169	132	128	-37	-42	-56	-63
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	219	181	175	-38	-44	-57	-66

FONTE: Síntese da Execução Orçamental - Setembro de 2011 - DGO- Ministério das Finanças

De acordo com estes dados oficiais, o corte registado nas despesas com as funções sociais do Estado (fundamentalmente educação, saúde e segurança social) no período Janeiro a Agosto de 2011, quando comparado com a despesa de idêntico período de 2010, atingiu -1.311 milhões € a preços correntes e -1.952 milhões € em termos reais (preços de 2010). Se fizermos uma estimativa para todo o ano de 2011, conclui-se que a redução nas despesas sociais do Estado deverá atingir este ano -1.967 milhões € a preços correntes e -2.928 milhões € em termos reais (preços de 2010). Os sectores mais atingidos serão a educação (redução de -889 milhões € em termos reais); a saúde (redução de -1.014 milhões em termos reais); e a segurança social (redução de -897 milhões € em termos reais). É evidente que cortes desta dimensão em serviços essenciais para a população determinarão inevitavelmente menos serviços, piores serviços e muito menos apoios sociais o que agravará ainda mais as condições de vida em Portugal.

Mas como tudo isto já não fosse suficiente, o governo PSD/CDS tenciona aumentar esses cortes em 2012 e ainda mais do que o consta do “Memorando de entendimento” FMI-BCE-CE-PS-PSD-CDS como prova o seu “Documento de Estratégia Orçamental para o período 2011-2015, cujos dados (alguns) constam do quadro seguinte.

Quadro 3- Cortes nas despesas com as funções sociais do Estado em 2012 e em 2013 constantes do “Memorando de entendimento” e do “Documento de Estratégia Orçamental” 2011-2015

REDUÇÃO DE DESPESAS E AUMENTOS DE RECEITA E RESPECTIVAS RÚBRICAS	MEMORANDO ENTENDIMENTO -Actualização de 1 de Setembro de 2011			
	2012 % PIB	2012 Milhões euros	2013 % PIB	2013 Milhões euros
Educação		195		175
SNS		550		375
ADSE		100		100
Corte nas pensões		445		375
Corte subsidio de desemprego		150		
Redução apoios sociais				350
SOMA		1.440		1.375

REDUÇÃO DE DESPESAS E AUMENTOS DE RECEITA E RESPECTIVAS RÚBRICAS	DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA ORÇAMENTAL 2011-2015 do governo PSD/CDS			
	2012	2012	2013	2013
	% PIB	Milhões euros	% PIB	Milhões euros
Corte nas pensões de valor superior a 1500€	0,2%	340	0,0%	
Congelamento pensões	0,4%	680	0,4%	697
Redução prestações sociais -alargamento da condição de recursos	0,1%	170	0,1%	174
Redução de despesas com o SNS (medicamentos, exames, análises, etc.)	0,5%	849	0,3%	522
SOMA	1,2%	2.039	0,8%	1.393

FONTE: "Memorando entendimento - 1 de Setembro 2011" e "Documento de Estratégia Orçamental - 2011/2015 - Governo PSD/CDS"

Portanto, para além dos elevados cortes nas despesas com a funções sociais que estão a ser feitos em 2011, o governo tenciona realizar mais cortes no período 2012-2013, nomeadamente na educação mais 370 milhões €; no SNS mais 925 milhões €; na ADSE mais 200 milhões €; nas pensões, para além do congelamento, um corte de 820 milhões €; no subsídio de desemprego um corte de mais 150 milhões €; e nos outros apoios sociais um novo corte de 350 milhões €, o que dá um total de cortes nas funções sociais do Estado que atinge 2815 milhões €. Isto é o que consta no "Memorando de entendimento" "actualizado", sem conhecimento dos portugueses, em 1 de Setembro de 2011 (a versão anterior era de Maio). Mas o governo pretende ir "mais além" nos cortes nas funções sociais do Estado, como Passos Coelho gosta de dizer, e como revela o "Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015" elaborado pelo governo. A prová-lo está o facto do "Memorando de entendimento" prever um corte nas despesas com as funções sociais do Estado de 1.440 milhões € em 2012, e o governo, no seu Documento de Estratégia Orçamental" prever já um corte de 2.039 milhões no mesmo ano, ou seja, mais 41,6%. É evidente que estes cortes tão grandes determinarão a exclusão de centenas de milhares de portugueses do acesso a prestações sociais e a serviços essenciais, provocando o aumento da pobreza em Portugal que, segundo os dados do INE, poderá atingir 43,4% da população (4.617.066 portugueses), já que a maioria desta população está dependente das prestações sociais para não cair na pobreza.

A DIMENSÃO DO ATAQUE ÀS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

No seu objectivo de reduzir o acesso da população a serviços essenciais, os sucessivos governos têm tido uma política de degradação das condições de vida dos trabalhadores da Função Pública.

Quadro 4 – Variação do poder de compra das remunerações na Administração Pública e no sector privado no período 2000-2011

ANO	Variação das remunerações nominais na Administração Pública	Variação das remunerações nominais no sector privado	IPC (Índice Preços Consumidor)	DIFERENÇA (Remunerações - IPC) na Administração Pública	DIFERENÇA (Remunerações - IPC) no sector privado
2000	2,5%	5,2%	2,9%	-0,4%	2,3%
2001	3,7%	4,1%	4,4%	-0,7%	-0,3%
2002	2,8%	2,7%	3,6%	-0,8%	-0,9%
2003 (até 1008,7€)	1,5%	3,6%	3,3%	-1,8%	0,3%
2003 (> 1008,7€)	0,0%	3,6%	3,3%	-3,3%	0,3%
2004 (até 1024,09€)	2,0%	2,4%	2,4%	-0,4%	0,0%
2004 (> 1024,09€)	0,0%	2,4%	2,4%	-2,4%	0,0%
2005	2,2%	4,3%	2,3%	-0,1%	2,0%
2006	1,5%	2,9%	3,1%	-1,6%	-0,2%
2007	1,5%	5,1%	2,5%	-1,0%	2,6%
2008	2,1%	3,3%	2,6%	-0,5%	0,7%
2009	2,9%	2,5%	-0,8%	3,7%	3,3%
2010	0,0%	2,0%	1,4%	-1,4%	0,6%
2011 (superior a 1500€)=média	-5,0%	1%	3,5%	-8,5%	-2,5%
2011 (inferior a 1500€)	0,0%	1%	3,5%	-3,5%	-2,5%
VARIAÇÃO PODER DE COMPRA 2000-2011 (remunerações < 1500€)	-8,0%	+8%			
Variação poder compra 2000-2011 (remunerações > 1500€)	-15,5%	+8%			

FONTE: 2000-2010: REMUNERAÇÕES: Administração Pública (Portarias), Sector Privado: Banco de Portugal; IPC:INE.

Entre 2000 e 2011, o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu entre -8% (para os trabalhadores com remunerações até 1500€) e -15,5% (para os trabalhadores com remunerações superiores a 1500€). E para os anos de 2012 e 2013 é intenção deste governo manter o corte e o congelamento das remunerações, o que determinará, se tal intenção se concretizar, uma nova e significativa redução nas condições de vida destes trabalhadores, até porque é previsível que a inflação dispare com o aumento significativo dos impostos.

O congelamento das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública no período 2011-2013 determinará que estes trabalhadores recebam menos 1028 milhões € de remunerações como consta do “Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015” do governo. Por outro lado, o corte feito pelo governo de Sócrates nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública em 2011, que o governo de Passos Coelho pretende manter, determinou uma redução nas retribuições dos trabalhadores da Função Pública em 1.190 milhões € (se incluir as empresas públicas são mais 242,5 milhões €) como consta da pág. 48 do próprio Relatório do Orçamento do Estado de 2011.

Enquanto isto sucedeu na Administração Pública, no sector privado, em idêntico período (2000-2011), o poder de compra das remunerações, de acordo com os dados oficiais, aumentou cerca de 8%. Portanto, a desigualdade de tratamento é clara.

O ataque às condições de vida de todos os trabalhadores portugueses no período 2000-2011 foi muito grande em Portugal, mas os trabalhadores da Administração Pública têm sido o alvo preferencial da fúria dos ataques do governo, precisamente por estarem em serviços públicos essenciais à população que os sucessivos governos, e nomeadamente o do PSD/CDS, pretendem reduzir drasticamente, para não dizer mesmo destruir pelo menos uma parte importante deles, para assim também criar oportunidades de negócio aos privados, nomeadamente aos grupos económicos da saúde (José de Mello, grupo Espírito Santo, etc.) e a outros.

Eugénio Rosa

Economista

edr2@netacabo.pt

25.9.2011